

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	14
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	17
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	30
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	31
(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	31
(7) TRIBUTOS A COMPENSAR	33
(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	34
(9) OUTROS ATIVOS.....	36
(10) ATIVO CONTRATUAL	36
(11) INVESTIMENTOS	37
(12) IMOBILIZADO	42
(13) INTANGÍVEL	43
(14) FORNECEDORES	44
(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	45
(16) DEBÊNTURES.....	48
(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	50
(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	57
(19) OUTRAS CONTAS A PAGAR	57
(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	58
(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	59
(22) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61
(23) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	61
(24) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	61
(25) RESULTADO FINANCEIRO	62
(26) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	62
(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
(28) SEGUROS	66
(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	66



(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	70
(31) COMPROMISSOS	71
(32) GESTÃO DE RISCO	71
(33) EVENTOS SUBSEQUENTES	74

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2022 foi marcado pela crescente recuperação do mercado frente ao arrefecimento da pandemia. Excluindo as novas migrações, o consumo de energia no Ambiente de Contratação Livre apresentou um incremento de cerca de 2% e de 5% quando consideradas as novas migrações. O consumo no ACL atingiu cerca de 21,3 GWm, o que equivale a cerca de 32% do consumo total do país.

Apesar da alta nos encargos inerentes ao mercado livre e nos preços de contratação futura de energia, ambos resultantes da crise hídrica, reduzirem a viabilidade econômica para as migrações, estas se mantiveram acima de 4 mil unidades, no mesmo patamar de 2021.

As migrações deste ano agregam cerca de 40% a menos do que o volume de consumo das unidades que migraram em 2021. Com o perfil de consumo cada vez menor, ganha importância a diversificação de produtos para o consumidor potencial ainda no ACR e a figura do comercializador varejista.

Com a futura abertura do mercado para todo o grupo A em 2024, a Companhia tem uma oportunidade ímpar de desenvolvimento e ampliação seu portfólio, além de continuar garantindo a satisfação plena de seus clientes e mantendo sua posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

A CPFL Brasil controla a CPFL Meridional, Sul Geradora, e CPFL Brasil Varejista, que atuam no segmento de comercialização de energia, além da CPFL Cone Sul, empresa que foi utilizada como veículo para a aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T ("CPFL Transmissão"), em outubro de 2021.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia:

Em 2022, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 12.244 GWh, o que representa uma queda de 4,8% (615 GWh) em relação a 2021.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Destacamos que os números abaixo demonstrados são da CPFL Brasil controladora, uma vez que a CPFL Cone Sul uma de suas subsidiárias, é a controladora da CPFL Transmissão. Porém, o EBITDA da CPFL Brasil controladora, considera o resultado da CPFL Transmissão via equivalência patrimonial. Os números da CPFL Transmissão estarão demonstrados em seu Relatório da Administração Societário e Regulatório, em suas demonstrações financeiras individuais e nas notas de combinação de negócios da CPFL Energia.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.733 milhões em 2022, representando uma queda de 4,6% (R\$ 131 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 411 milhões em 2022, representando um aumento de 37,9% (R\$ 113 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.322 milhões em 2022, representando uma redução de 9,5% (R\$ 244 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 402 milhões no ano de 2022, representando uma alta de 1.260,5% (R\$ 372 milhões), refletindo (i) a consolidação dos resultados da sua subsidiária Cone Sul, via equivalência patrimonial, que representou um aumento de R\$ 391 milhões; e (ii) a redução de 8,9% no custo com energia elétrica (R\$ 231 milhões). Este resultado foi parcialmente compensado pelas seguintes variações: (iii) redução de 9,5% na receita líquida (R\$ 244 milhões); e (iv) aumento de 11,5% (R\$ 5 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 0,7% (R\$ 0,2 milhão) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 45,2% (R\$ 0,1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 36,1% (R\$ 3,5 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 35,0% (R\$ 1,8 milhão) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	242,628	35,888
Depreciação e Amortização	5,614	3,849
Amortização Mais Valia de Ativos	3,732	3,264
Resultado Financeiro	167,832	(30,844)
Contribuição Social	(4,752)	4,602
Imposto de Renda	(13,138)	12,782
EBITDA	401,915	29,541

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 243 milhões em 2022, representando uma alta de 576,1% (R\$ 207 milhões), devido ao aumento de 1.260.5% no EBITDA (R\$ 372 milhões); e (ii) à variação de R\$ 35 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (iii) aumento de 45,9% na depreciação e amortização (R\$ 1,9 milhão) e (iv) variação de R\$ 199 milhões no resultado financeiro líquido.

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 1.199 milhões, uma redução de 39,6%.

5. Investimentos

Em 2022, foram investidos R\$ 5,9 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

7. Auditores independentes

A PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e de revisão das informações intermediárias, a PwC prestou serviços de assecuração de *covenants*, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF), revisão da Escrituração Contábil Digital (ECD) e Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano.

A contratação dos auditores independentes é de competência da Assembleia, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	241.699	174.525	566.198	924.864
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	229.283	238.319	345.817	338.223
Dividendo e juros sobre o capital próprio	27	20.409	-	21.171	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	46.744	108.121
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	27.218	22.033	58.900	39.455
Outros tributos a compensar	7	40.642	18.083	71.665	21.263
Derivativos	26	18.473	-	18.473	-
Estoques		-	-	38.820	32.632
Ativo contratual	10	-	-	621.150	787.505
Outros ativos	9	2.161	4.382	57.383	261.949
Total do circulante		579.884	457.343	1.846.320	2.514.013
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		-	-	9.263	7
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.876	17.123	3.049	17.123
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	24	21.745	26.317	82	9.447
Depósitos judiciais	18	1.352	1.068	150.699	102.654
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	65	63	16.307	63
Outros tributos a compensar	7	84.776	86.864	84.790	86.879
Ativo contratual	10	-	-	4.103.580	3.383.153
Derivativos	26	-	29.165	-	29.165
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	336	679
Outros ativos	9	2.338	24	5.291	4.158
Investimentos	11	3.996.137	3.037.148	490.026	431.557
Imobilizado	12	3.315	2.687	167.125	94.271
Intangível	13	18.993	18.705	708.844	876.163
Total do não circulante		4.131.597	3.219.164	5.739.392	5.035.320
Total do ativo		4.711.481	3.676.507	7.585.712	7.549.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	14	169.768	203.029	241.440	239.232
Empréstimos e financiamentos	15	133.322	19.951	137.501	676.039
Debêntures	16	123.676	6.647	202.927	6.647
Entidade de previdência privada	17	-	-	70.355	102.178
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	-	33.070	34.395
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	18.525	7.391	62.111	22.407
Dividendo e juros sobre capital próprio	27	57.624	8.523	69.004	21.611
Obrigações estimadas com pessoal		2.833	2.763	18.017	21.896
Outras contas a pagar	19	14.319	12.905	105.418	140.951
Total do circulante		520.067	261.209	939.842	1.265.356
Não circulante					
Fornecedores	14	132.163	132.163	132.163	132.163
Empréstimos e financiamentos	15	373.655	1.306.286	393.208	1.329.877
Debêntures	16	109.924	219.854	1.067.908	219.854
Entidade de previdência privada	17	-	-	408.023	706.184
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	646	604	646	646
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	4.921	5.218
Débitos fiscais diferidos	8	-	17.891	464.578	269.080
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	12	17	367.798	324.382
Derivativos	29	29.764	11.508	29.764	11.508
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	24	447.296	401.845	447.296	401.845
Outras contas a pagar	19	6.603	5.252	221.594	215.492
Total do não circulante		1.100.063	2.095.420	3.537.898	3.616.249
Patrimônio líquido	21				
Capital social		1.352.828	1.352.828	1.352.828	1.352.828
Reserva de capital		249.037	-	249.037	-
Reserva de lucros		218.298	33.294	218.298	33.294
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.029.620	-	1.029.620	-
Resultado abrangente acumulado		241.567	(66.244)	241.567	(66.244)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	16.621	1.347.850
Total do patrimônio líquido		3.091.351	1.319.878	3.107.971	2.667.728
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.711.481	3.676.507	7.585.712	7.549.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	22	2.321.975	2.566.161	3.742.269	2.837.724
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	23	(2.366.721)	(2.597.292)	(2.369.486)	(2.578.068)
Custo com operação		(17.104)	(13.222)	(363.900)	(122.008)
Depreciação e amortização		(965)	(205)	(39.546)	(4.517)
Outros custos com operação	24	(16.139)	(13.017)	(324.354)	(117.491)
Custo com serviço prestado a terceiros		-	-	(264.406)	(59.004)
Lucro operacional bruto		(61.850)	(44.353)	744.477	78.644
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(3.044)	(1.013)	(9.848)	(1.566)
Depreciação e amortização		(3)	(3)	(3)	(3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.957)	(999)	(9.761)	(995)
Outras despesas com vendas	24	(84)	(11)	(84)	(568)
Despesas gerais e administrativas		(34.466)	(33.170)	(107.901)	(67.139)
Depreciação e amortização		(4.647)	(3.642)	(4.805)	(3.810)
Outras despesas gerais e administrativas	24	(29.819)	(29.528)	(103.096)	(63.329)
Outras despesas operacionais		(965)	(1.275)	9.012	(16.257)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(31.540)	(10.827)
Outras despesas operacionais	24	(965)	(1.275)	40.552	(5.430)
Resultado do serviço		(100.325)	(79.812)	635.738	(6.316)
Resultado de participações societárias	11	492.895	102.240	115.713	107.899
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	35.753	94.061	205.407	119.104
Despesas financeiras	25	(203.584)	(63.217)	(415.719)	(97.023)
		(167.832)	30.844	(210.312)	22.081
Lucro antes dos tributos		224.737	53.272	541.140	123.664
Contribuição social	8	4.752	(4.602)	(66.247)	(20.082)
Imposto de renda	8	13.138	(12.782)	(183.808)	(55.265)
		17.891	(17.384)	(250.055)	(75.347)
Lucro líquido do exercício		242.628	35.888	291.085	48.317
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				242.627	35.888
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				48.458	12.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	242.628	35.888	291.085	48.317
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	307.811	2.023	307.811	(28.633)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários.	-	(61.281)	-	(61.281)
Resultado abrangente do exercício	550.439	(23.370)	598.897	(41.597)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			550.439	(54.026)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			48.458	12.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva estatutária/Reforço de capital de giro							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	-	600	5.380	-	-	87.876	(6.986)	-	89.871	-	89.870
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	35.888	35.888	12.429	48.317
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(61.281)	-	(61.281)	-	(61.281)
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	2.023	-	2.023	-	2.023
Mutações internas do patrimônio líquido												
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	1.794	-	-	-	-	-	(1.794)	-	-	-
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	-	25.520	-	-	-	(25.520)	-	(30.656)	(30.656)
Transações de capital com os acionistas												
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.523)	(8.523)	-	(8.523)
Combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.370.307	1.370.307
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1.350.000	-	1.350.000
Redução do capital em controladas	(172)	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(222)	-	(222)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(87.876)	-	-	(87.876)	-	(87.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.828	-	2.394	5.380	25.520	-	-	(66.244)	-	1.319.878	1.347.850	2.667.728
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	242.628	242.628	48.458	291.086
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	307.811	-	307.811	-	307.811
Mutações internas do patrimônio líquido												
Constituição de reserva legal	-	-	12.131,40	-	-	-	-	-	(12.131)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	172.872	-	-	-	(172.872)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368	368
Transações de capital com os acionistas												
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)	-	(57.624)
Aumento de capital por integralização de AFAC	-	-	-	-	-	1.029.620	-	-	-	1.029.620	-	1.029.620
Aprovação/Reversão da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.037)	(9.037)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	249.037	-	-	-	-	-	-	-	249.037	(1.380.309)	(1.131.272)
Combinação de negócios CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.290	9.290
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.352.828	249.037	14.526	5.380	198.392	1.029.620	-	241.567	-	3.091.351	16.621	3.107.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	224.737	53.272	541.141	123.664
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	4.845	3.849	75.895	19.157
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	170	38.210	24.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.957	999	9.762	1.552
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	195.479	60.040	306.270	82.075
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	58.469	21.798
Equivalência patrimonial	(492.895)	(102.240)	(115.714)	(107.900)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(32)	34	3.619	34
Créditos tributários (nota 7.a)	-	(85.077)	-	(85.077)
Outros	-	-	(138.586)	15.924
	(64.897)	(68.953)	779.066	95.935
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	20.325	397.997	(1.596)	410.481
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	72.446	110.409	76.003	108.706
Tributos a compensar	(25.018)	(13.160)	(67.867)	(12.565)
Depósitos judiciais	(190)	(459)	(44.841)	(7.096)
Outros ativos operacionais	51	(2.486)	78.242	1.742
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(33.261)	(47.180)	2.207	(45.560)
Outros tributos e contribuições sociais	2.499	(6.136)	(14.639)	1.148
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(83.241)	(21.149)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(17)	(176)	(14.048)	(15.750)
Outros passivos operacionais	737	(2.990)	(48.300)	5.502
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(27.325)	366.866	660.986	521.394
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(107.142)	(12.190)	(187.547)	(15.216)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(16.865)	(19.754)	(47.670)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(134.467)	337.811	453.684	458.508
Atividades de investimentos				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(1.120.772)	(2.191.595)
Aquisições de imobilizado	(1.191)	(682)	(78.873)	(3.051)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	54.214	3.986
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(229.685)	(80.026)
Adições de Intangível	(4.682)	(7.288)	(4.722)	(7.830)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.679.857)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(5.737)	(26.086)	(1)	(9.502)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	12.876	4.051	9.729	355
Outros	-	-	-	217.419
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.266	(2.709.862)	(1.370.110)	(2.070.244)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	172.000	1.181.955	2.306.803	1.181.955
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(960.000)	-	(2.730.366)	(14.021)
Liquidação de operações com derivativos	(32.722)	670	(32.722)	670
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.029.620	1.350.000	1.029.620	1.350.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(8.523)	(89.191)	(15.575)	(89.191)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(67.813)	-	(67.550)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	200.375	2.375.621	557.760	2.361.863
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	67.174	3.570	(358.667)	750.125
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	174.525	170.956	924.864	174.738
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	241.699	174.525	566.198	924.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1 - Receita	2.736.043	2.871.398	4.408.103	3.203.230
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.733.168	2.864.429	4.186.503	2.835.285
1.2 Remuneração do ativo contratual	-	-	-	230.784
1.3 Receita de operação e manutenção transmissão	-	-	-	98.739
1.4 Receita relativa à construção de ativos próprios	5.832	7.968	5.832	7.968
1.5 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	225.528	32.007
1.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.957)	(999)	(9.761)	(1.553)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.629.300)	(2.882.347)	(3.114.708)	(3.030.149)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.608.269)	(2.862.029)	(2.611.473)	(2.849.135)
2.2 Material	(1.330)	(703)	(6.096)	(2.068)
2.3 Serviços de terceiros	(16.589)	(16.169)	(92.369)	(65.501)
2.4 Outros	(3.112)	(3.445)	(404.770)	(113.448)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	106.743	(10.949)	1.293.395	173.081
4 - Retenções	(5.614)	(3.849)	(75.895)	(19.157)
4.1 Depreciação e amortização	(5.614)	(3.849)	(44.355)	(8.330)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(31.540)	(10.827)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	101.128	(14.798)	1.217.500	153.924
6 - Valor adicionado recebido em transferência	532.376	198.896	333.845	229.616
6.1 Receitas financeiras	39.481	96.656	218.132	121.716
6.2 Equivalência patrimonial	492.895	102.240	115.713	107.899
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	633.504	184.098	1.551.344	383.540
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	26.754	26.856	265.285	56.341
8.1.1 Remuneração direta	16.626	15.945	134.710	25.672
8.1.2 Benefícios	8.687	9.636	95.046	18.565
8.1.3 F.G.T.S	1.442	1.274	35.530	12.104
8.2 Impostos, taxas e contribuições	159.851	57.562	578.661	179.344
8.2.1 Federais	(16.814)	(33.924)	396.591	87.030
8.2.2 Estaduais	176.658	91.479	181.050	92.307
8.2.3 Municipais	7	7	1.020	7
8.3 Remuneração de capital de terceiros	204.272	63.792	416.312	99.539
8.3.1 Juros	203.554	63.211	415.581	96.627
8.3.2 Aluguéis	718	581	731	2.911
8.4 Remuneração de capital próprio	242.628	35.888	291.086	48.317
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	57.624	8.523	57.624	20.994
8.4.2 Lucros retidos	185.004	27.365	233.462	27.323
	633.504	184.098	1.551.344	383.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Comercialização Brasil S.A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas:

Comercialização de Energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“CPFL Cone Sul”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras Companhias	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
Transmissão de energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão”)	Sociedade por ações de capital aberto	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 100%
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”)	Sociedade por ações de capital fechado	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 96,84%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias	Direta 99,95%

A Companhia assumiu o controle da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica-CEEE-T (“CPFL Transmissão”) em 14 de outubro de 2021. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão, passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, a Companhia passou a deter 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia.

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil – (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 - Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 9 - Outros ativos;
- Nota 10 - Ativo Contratual;
- Nota 11.2 - Combinação de negócios;
- Nota 12 - Imobilizado;
- Nota 13 - Intangível;
- Nota 15 - Empréstimos e financiamentos;
- Nota 16 - Debêntures;
- Nota 17 - Entidade de previdência privada;
- Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 29 - Instrumentos Financeiros – derivativos.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) comercialização de energia (“Comercialização”); (ii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

A transmissora da Companhia é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- i. A Companhia atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.
- ii. A atualização monetária a do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.
- iii. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros

resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a

duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados na atividade de transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem .

O ágio (“goodwill”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão) em serviço: em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.
- (iii) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da

assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/ CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício

definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é atendida, isso ocorre a entrega da energia dos contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras;
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção; e
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de

geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido

se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da

Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Transmissão é consolidada integralmente com a de sua respectiva controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.17 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Companhia.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

– **Imobilizado, intangível e ativo contratual**

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, intangível e ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

– **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	190	271	4.706	745.475
Aplicações financeiras (a)	241.509	174.255	561.492	179.389
Total	241.699	174.525	566.198	924.864

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 459.712 e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 101.780. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,89% do CDI (94,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante										
Classes de consumidores										
Industrial	72.007	4.805	2.722	79.533	111.482	74.458	4.805	2.722	81.985	113.917
Comercial	39.146	208	697	40.050	48.541	39.495	208	697	40.399	48.848
Rural	1.513	-	604	2.117	2.444	1.513	-	604	2.117	2.444
Poder público	35	-	-	35	4.475	35	-	-	35	4.475
Faturado	112.701	5.013	4.023	121.735	166.942	115.501	5.013	4.023	124.536	169.684
Operações realizadas na CCEE	(159)	874	2.058	715	8.662	870	874	(819)	925	8.666
Concessionárias e permissionárias	108.767	1.933	13.749	124.449	78.688	231.369	1.942	13.749	247.057	179.826
	221.309	7.820	19.830	246.899	254.292	347.740	7.829	16.953	372.518	358.176
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(17.615)	(15.973)				(26.701)	(19.950)
Total				229.283	238.319				345.817	338.224
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	-	874	2.003	2.876	17.123	-	1.046	2.003	3.049	17.123
	-	874	2.003	2.876	17.123	-	1.046	2.003	3.049	17.123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				-	-				-	-
Total				2.876	17.123				3.049	17.123

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 29 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 09)	Total
Saldo em 31/12/2020	(15.008)	-	(15.008)
Combinação de negócios	(3.906)	-	(3.906)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.036)	(7.569)	(8.605)
Saldo em 31/12/2021	(19.950)	(7.569)	(27.519)
Adição em função de aquisição de empresas	-	-	-
Provisão revertida (constituída) líquida	(6.751)	(1.685)	(8.436)
Recuperação de receita	(1.322)	-	(1.322)
Baixa de contas a receber provisionadas	1.322	-	1.322
Saldo em 31/12/2022	(26.701)	(9.255)	(35.956)
Circulante	(26.701)	(9.255)	(35.956)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.707	-	3.707
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	10.275	-	10.275
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27.218	8.051	58.900	25.474
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27.218	22.033	58.900	39.455
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	-	14.250	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.556	2.818	22.766	5.044
Programa de integração social - PIS	5.911	2.780	6.229	2.891
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	26.176	12.485	27.659	13.016
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	689	240
Outros	-	-	72	72
Outros tributos a compensar	40.642	18.084	71.665	21.263
Total circulante	67.860	40.116	130.565	60.719
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	17	17	17	17
Imposto de renda a compensar - IRPJ	48	46	16.289	46
Imposto de renda e contribuição social a compensar	65	63	16.307	63
ICMS a compensar	54	414	68	429
Programa de integração social - PIS	15.113	15.421	15.113	15.421
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69.609	71.029	69.609	71.029
Outros	-	-	-	1
Outros tributos a compensar	84.776	86.864	84.790	86.880
Total não circulante	84.841	86.927	101.097	86.942

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

A CPFL Brasil ingressou com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

Em 2019 e 2021, a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”.

A partir de 2020 as Companhia começou a compensar os créditos fiscais habilitados junto à Receita Federal do Brasil.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não retira o direito de ter vertido em favor de suas controladas os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	87	177
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	(4.752)	(122.975)	(71.242)
Subtotal	-	(4.752)	(122.888)	(71.065)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	245	494
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	(13.138)	(341.598)	(197.830)
Subtotal	-	(13.138)	(341.353)	(197.336)
Total	-	(17.891)	(464.242)	(268.401)
Total crédito fiscal	-	-	336	679
Total débito fiscal	-	(17.891)	(464.578)	(269.080)

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	27.445	76.236	18.342	50.966
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	722	2.002	1.440	3.999
Provisão relacionada a pessoal	396	1.101	2.037	5.661
Derivativos	-	-	(2.558)	(7.107)
Marcação a Mercado- Derivativos	-	-	259	721
Marcação a Mercado- Dívidas	-	-	(537)	(1.492)
Variação de Valor Justo dos Instrumentos Financeiros	-	-	205	570
Variação Cambial	-	-	(2.547)	(7.076)
CRC NTN-B TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.602)	(18.338)	(6.098)	(16.941)
Atualização Ativo Contratual	(148.513)	(412.535)	(83.109)	(230.913)
Arrendamentos	-	-	(437)	(1.213)
Direitos de Uso	-	-	458	1.273
Provisão de Despesas	-	-	921	2.558
Ajuste combinação de negócios	4.416	12.267	-	-
Outros	(840)	(2.333)	381	1.165
Total	(122.975)	(341.598)	(71.242)	(197.830)

8.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Expectativa de recuperação	
2023	19.829
2024	10.490
2025	10.479
2026	10.379
2027	10.379
2028 a 2030	31.126
2031 a 2033	20.736
Total	113.420

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	Controladora			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	224.737	224.737	53.272	53.272
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(492.895)	(492.895)	(102.240)	(102.240)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(5.891)	(5.219)	(39.617)	(39.037)
Base de cálculo	(274.049)	(273.377)	(88.585)	(88.005)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	4.752	13.138	(4.602)	(12.782)
Corrente	-	-	15	41
Diferido	4.752	13.138	(4.617)	(12.823)
	4.752	13.138	(4.602)	(12.782)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	Consolidado			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	541.141	541.141	123.664	123.664
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(115.713)	(115.713)	(107.899)	(107.899)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	105.172	104.760	36.183	34.622
Base de cálculo	530.600	530.188	51.948	50.387
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(47.754)	(132.547)	(4.675)	(12.597)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(18.492)	(51.261)	(15.407)	(42.669)
Total	(66.247)	(183.808)	(20.082)	(55.265)
Corrente	(16.807)	(46.413)	(10.766)	(25.499)
Diferido	(49.439)	(137.395)	(9.316)	(29.766)
	(66.247)	(183.808)	(20.082)	(55.265)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 186.834 (R\$ 39.082 em 2021), refere-se principalmente a (i) prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 339, (R\$ 50 em 2021) e (ii) despesas com diferenças temporárias de R\$ 195.501 (R\$ 39.032 em 2021).

8.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 69.753, por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fundação CESP	405	512	-	24	405	512	-	24
Adiantamentos - fornecedores	31	2.564	-	-	3.872	8.534	-	-
Ordens em curso	-	-	-	-	19.295	31.113	-	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	-	-	17.911	10.132	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	-	1.521	548	-	-
Despesas antecipadas	271	90	-	-	2.482	2.429	-	-
Contas a receber - intercompany*	-	-	-	-	16.528	202.808	-	-
Adiantamentos a funcionários	271	319	-	-	(117)	3.208	-	-
Outros	1.183	898	2.338	-	4.741	2.666	5.291	4.134
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 06)	-	-	-	-	(9.255)	-	-	-
Total	2.161	4.382	2.338	24	57.383	261.949	5.291	4.158

(*) Em 31 de dezembro de 2021 refere-se a empréstimo feito entre a controlada indireta CPFL Transmissão e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), anteriormente sociedade parceira. Recebido integralmente no 3º trimestre de 2022.

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	-
Combinação de negócios	4.102.531
Receita de Construção (Adições)	80.026
Remuneração	234.871
Amortização	(187.845)
Outros	(58.924)
Saldo em 31/12/2021	4.170.659
Circulante	787.505
Não circulante	3.383.154
Combinação de negócios	1.397
Receita de Construção (Adições)	323.570
Remuneração	539.496
Amortização	(713.944)
Outros (*)	52.158
Atualização Monetária	351.393
Saldo em 31/12/2022	4.724.729
Circulante	621.149
Não circulante	4.103.579

Ativo contratual das transmissoras: Refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(*) Outros - O saldo de maior representatividade refere ao efeito da remensuração do ativo de contrato oriundo a revisão tarifária periódica – RTP do contrato de concessão 055/2001, no qual possui como base as receitas futuras associadas a rede de infraestrutura de transmissão.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.986.122	345.643	480.011	419.909
Investimentos ao custo	2.099	-	2.099	-
Mais valia de ativos, líquidos	7.855	11.587	7.855	11.587
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.679.857	-	-
Ágio de rentabilidade futura	61	61	61	61
Total	3.996.137	3.037.148	490.026	431.557

11.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital %	31/12/2022			31/12/2022		31/12/2021		2022		2021	
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação	Participação	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial				
CPFL Meridional (*)	205.900	100,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
CPFL Cone Sul	2.677.144.147	100,000	3.658.487	3.545.355	376.751	3.545.355	(62.437)	376.751	10	6	376.751	(2.755)	6
Sul Geradora	313.012.311	99,953	1.445	168	10	168	159	10	6	10	6	6	6
CPFL Varejista	3.565.216	100,000	3.565	6.283	2.221	6.283	4.062	2.221	360	360	2.221	360	360
RGE SUL	1.125.427	10,989	2.842.391	3.952.272	1.066.328	434.315	403.859	117.646	107.876	107.876	117.646	107.876	107.876
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						3.986.122	345.643	496.627	105.504	105.504	496.627	105.504	105.504
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(3.732)	(3.264)	(3.264)	(3.732)	(3.264)	(3.264)
Total						3.986.122	345.643	492.895	102.240	102.240	492.895	102.240	102.240

(*) Quantidade refere-se a quota.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.732 (R\$ 3.264 em 2021) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2021	Aumento / Integralização o de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Outros	Saldo em 31/12/2022
CPFL Cone Sul	(62.437)	2.679.857	376.751	302.147	-	249.037	3.545.355
CPFL Brasil Varejista	4.062	-	2.221	-	-	-	6.283
Sul Geradora Participações	159	-	10	-	-	-	168
RGE SUL	403.859	-	117.646	5.664	(92.854)	-	434.315
	345.643	2.679.857	496.627	307.811	(92.854)	249.037	3.986.122

Investimento	Saldo em 31/12/2020	Aumento / Redução Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2021
CPFL Meridional	206	(222)	16	-	-	-
CPFL Cone Sul	42	-	(2.755)	(59.724)	-	(62.437)
CPFL Brasil Varejista	5.014	-	360	-	(1.311)	4.062
Sul Geradora Participações	(292)	445	6	-	-	159
RGE SUL	386.277	-	107.876	465	(90.761)	403.859
	391.247	223	105.503	(59.259)	(92.072)	345.643

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Clion	-	-	-	43
RGE Sul	434.315	403.859	117.646	107.876
CPFL Transmissão	45.696	16.050	1.799	3.244
Comercialização - BBCE	2.099	-	-	-
Mais valia de ativos líquidos	7.916	11.648	(3.732)	(3.264)
	490.026	431.557	115.713	107.899

11.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 13).

11.3 Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”) pela CPFL Cone Sul (Controlada da CPFL Brasil)

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da CPFL Transmissão, realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”).

A CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000 para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul. A parcela de não controladores foi mensurada pela participação proporcional no valor justo, conforme previsto pelo CPC 15(R1) / IFRS 3.

Em 24 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE, e em 30 de setembro de 2021 foi obtida a autorização da ANEEL.

Em 14 de outubro de 2021 (“data de aquisição”), foi divulgado através de fato relevante ao mercado a conclusão da aquisição após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da CPFL Transmissão foi assumido pela CPFL Cone Sul e a titularidade das ações foi transferida e

o pagamento foi efetuado. Essa aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15(R1) / IFRS 3, uma vez que a CPFL Cone Sul passou a deter o controle da CPFL Transmissão.

Em abril de 2022 ocorreu o leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão. Como resultado deste leilão, a CPFL Cone Sul pagou a contraprestação R\$ 1.119.412 para aquisição de 33,18% de participação, passando a CPFL Cone Sul a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%) da CPFL Transmissão. Em contrapartida a saída de caixa, R\$ 1.369.759 foram registrados no grupo de investimentos R\$ 250.347 foram registrados como reserva de capital no patrimônio líquido.

Em 18 de novembro de 2022, ocorreu novo Leilão de oferta pública unificada de aquisição voluntária de ações ordinárias e preferenciais. Com resultado do leilão a controlada CPFL Cone Sul pagou a contraprestação de R\$ 1.360 para aquisição de 0,06% de participação e passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total (anteriormente 99,26%).

No dia 07 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o resgate da totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão que remanesceram em circulação após os leilões de oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada para conversão de registro como emissor de valores mobiliários, da Categoria "A" para Categoria "B". Como resultado, foram resgatadas compulsoriamente 26.787 ações ordinárias e 39.216 ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão, representativas de 0,68% do capital social, as quais permanecem em tesouraria.

A aquisição está alinhada ao objetivo estratégico da CPFL Energia e possibilitará maior geração de valor aos seus acionistas, por meio de (i) otimização de despesas operacionais; (ii) exploração de um ativo de baixo risco com alto potencial de ampliação de investimentos e consequente aumento de remuneração; (iii) diversificação do portfólio da CPFL Energia por meio de um segmento que permitirá sinergias com as demais operações da Companhia; e (iv) otimização das condições de financiamento, melhorando a alavancagem financeira.

A CPFL Transmissão detém 96,85% (94,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação na Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. ("TESB") e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Adicionalmente, a CPFL Transmissão detém 9,65% de investimento na TPAE (Transmissora Porto Alegrense de Energia) e 10% da ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai).

Sua sede administrativa está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador até 13 de outubro de 2021, o estado do Rio Grande do Sul. Os não controladores foram mensurados pela participação proporcional no *fair value* apurado.

A CPFL Transmissão tem 6.037 km de linhas de transmissão, 72 subestações e detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica:

- a) Contrato de Concessão nº 055/2001: Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem vigência até 31 de dezembro de 2042;
- b) Contrato de Concessão nº 080/2002: Com vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das respectivas instalações de transmissão, podendo ser renovado por igual período. O término desta concessão está previsto para 18 de dezembro de 2032;
- c) Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL: Obras em andamento com prazo estabelecido para energização até 30 de setembro de 2024. O término desta concessão está previsto 31 de março de 2051.

A TESB detém um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, contrato Nº 001/2011-ANEEL e tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada assinatura do contrato. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041.

Informações adicionais à aquisição da CPFL Transmissão

a) Contraprestações

A contraprestação transferida foi de R\$ 2.670.000, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação não sofreu nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida.

b) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição

A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos bem como a contabilização inicial da aquisição da CPFL Transmissão foi apurada para as demonstrações financeiras de 14 de outubro de 2021 e no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, com base em análises conduzidas pela própria Administração, ou seja, a mensuração do valor justo foi efetuada em uma base provisória, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/ IFRS 3. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contas avaliado, sendo que podem ser: income approach, cost approach, dentre outras.

Considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que envolvem principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida, os valores justos finais foram reavaliados e corroborados através do laudo de avaliação econômico-financeiro feito por avaliador independente, concluído em 31 de outubro de 2022.

Como consequência, foram efetuadas reclassificações entre linhas do balanço patrimonial nos valores alocados provisoriamente em 14 de outubro de 2021, referentes a (i) aumento do ativo contratual circulante e não circulante; (ii) conclusão da alocação do valor justo do ativo intangível de exploração de concessão em decorrência do refinamento das premissas utilizadas para determinação dos saldos; (iii) aumento dos investimentos; (iv) aumento dos saldos de ativo imobilizado em decorrência de alocação de mais-valia; (v) redução do saldo de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, como consequência do refinamento das premissas utilizadas; (vii) respectivos impactos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Essas reclassificações estão dentro do período de mensuração, conforme previsto no CPC 15(R1) / IFRS 3.

Os custos relacionados à aquisição, registrados como despesa no resultado de 2021, somaram R\$ 24.550.

A alocação preliminar e a definitiva do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentada a seguir:

	14/10/2021 CPFL Transmissão	14/10/2021 CPFL Transmissão
	provisório	Final
<u>Ativos circulantes</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	478.405	478.405
Concessionárias e Permissionárias	109.389	109.389
Investimentos em Títulos do Governo	110.763	110.763
Ativo de Concessão - Contratual	787.504	788.010
Intangível exploração concessão	-	33.894
Outros ativos circulantes	108.205	108.205
<u>Ativos não circulantes</u>		
Ativo de Concessão - Contratual	3.315.027	3.332.086
Empréstimos cedidos	205.490	205.490
Ativo Disponível para vendas	217.552	217.552
Investimentos	12.960	42.827
Imobilizado	91.975	190.854
Intangível exploração concessão	849.070	686.354
Intangível	20.937	22.430
Outros ativos não circulantes	104.194	104.194
<u>Passivos circulantes</u>		
Fornecedores	34.244	34.244
Obrigações Trabalhistas	57.713	57.713
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	50.291	50.291
Provisão para Benefícios a Empregados	97.658	97.658
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	18.884	18.884
Outros passivos circulantes	118.975	118.975
<u>Passivos não circulantes</u>		
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	624.793	624.793
Provisão para Benefícios a Empregados	619.674	619.674
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	296.509	294.515
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	243.368	254.201
Outros passivos não circulantes	209.054	209.054
Ativos líquidos adquiridos	4.040.307	4.050.450
<u>Ágio gerado na aquisição</u>		
Contrapartida transferida	2.670.000	2.670.000
(+) Participação dos acionistas não controladores	1.370.307	1.380.450
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(4.040.307)	(4.050.450)
Ágio	-	-

Os valores justos apresentados acima foram finalizados e estão de acordo com o laudo de avaliação econômico-financeiro, preparado pelo avaliador independente.

c) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

d) Ativos de indenização

O acordo não prevê quaisquer situações em que a controlada CPFL Cone Sul possa ser indenizada.

e) Passivos contingentes reconhecidos

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos no montante de R\$ 105.353 na data de aquisição:

	CPFL Transmissão
	14/10/2021
Processos trabalhistas (i)	45.802
Processos cíveis (i)	13.972
Processos outros (i)	45.580
Processos regulatórios	26.137
Processos ambientais	500
Processos fiscais	18.943
Passivo contingente preliminar	105.354
Provisões registradas nas controladas	208.046
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	313.400

(i) Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis, regulatórios e fiscais cuja conceito se enquadra em passivos contingentes que podem ser mensurados com confiabilidade. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

f) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R\$ 109.389, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

g) Empréstimos cedidos adquiridos

O valor justo dos empréstimos cedidos adquiridos é R\$ 205.490, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

h) Provisão para benefícios a empregados

O valor justo da provisão para benefícios a empregados foi mensurado considerando a melhor estimativa da Administração.

i) Saída de caixa líquido na aquisição

Considerando que a CPFL Transmissão tinha um saldo de caixa em 14 de outubro de 2021 de R\$ 478.405 e que a contraprestação transferida foi de R\$ 2.670.000, a saída de caixa líquido na aquisição foi de R\$ 2.191.595.

j) Informações financeiras da adquirida

No período de três meses findos em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Transmissão contribuiu com uma receita de R\$ 289.919 e lucro de R\$ 41.141 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a receita consolidada da CPFL Energia seria de R\$ 40.092.461 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 5.131.461. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021.

(12) IMOBILIZADO

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Consolidado							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	-	445	635	632	358	488	2.559
Custo histórico	-	485	3.351	2.102	5.333	488	11.759
Depreciação acumulada	-	(40)	(2.716)	(1.470)	(4.975)	-	(9.201)
Adições	-	-	-	-	-	3.134	3.134
Baixas	-	-	1	(83)	(1)	(392)	(475)
Combinação de negócios	727	3.038	36.159	398	333	50.119	90.774
Transferências	-	-	447	136	18	(601)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	(156)	-	-	-	(156)
Depreciação	-	(117)	(916)	(287)	(55)	-	(1.375)
Baixa da depreciação	-	(9)	(1)	(9)	(170)	-	(189)
Saldo em 31/12/2021	727	3.357	36.169	787	483	52.748	94.271
Custo histórico	727	3.523	39.802	2.553	5.683	52.748	105.036
Depreciação acumulada	-	(166)	(3.633)	(1.766)	(5.200)	-	(10.765)
Adições	-	-	-	-	-	7.723	7.723
Baixas	-	(1.289)	(10.175)	(843)	(2.272)	(1.935)	(16.514)
Transferências	5.621	485	17.958	4.584	18.990	(47.638)	-
Depreciação	(809)	(935)	(30.446)	(3.859)	-	-	(36.051)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	1.901	7.551	-	18.818
Combinação de negócios	6.029	9.275	82.381	904	289	-	98.878
Saldo em 31/12/2022	11.568	11.332	104.813	3.474	25.042	10.897	167.125
Custo histórico	12.377	11.994	129.966	7.198	22.691	10.897	195.124
Depreciação acumulada	(809)	(662)	(25.153)	(3.724)	2.351	-	(27.998)
Taxa média de depreciação 2022		3,33%	14,89%	14,29%	6,25%		
Taxa média de depreciação 2021		3,33%	15,28%	17,80%	6,25%		

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Consolidado				
	Ágio/ Mais Valia	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	61	-	15.192	15.253
Custo histórico	98	-	47.663	47.761
Amortização acumulada	(37)	-	(32.471)	(32.508)
Adições	-	-	7.830	7.830
Baixas	-	-	(123)	(123)
Amortização	-	-	(17.782)	(17.782)
Adquirido em combinação de negócios	-	849.070	21.979	871.049
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(3)	(3)
Outros	(61)	-	-	(61)
Saldo em 31/12/2021	-	849.070	27.093	876.163
Custo histórico	-	849.070	77.472	926.542
Amortização acumulada	-	-	(50.379)	(50.379)
Adições	-	-	4.683	4.683
Baixas	-	(10.826)	3.743	(7.083)
Amortização	-	(31.540)	(4.554)	(36.094)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(128.824)	-	(128.824)
Saldo em 31/12/2022	-	677.880	30.964	708.844
Custo histórico	-	720.246	82.155	802.401
Amortização acumulada	-	(42.366)	(51.191)	(93.557)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis referente ao ágio e mais valia, adquirido em combinações de negócios e outros ativos intangíveis.

13.1 Intangível adquirido em combinação de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2022		31/12/2021		2022	2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Transmissão	720.246	(42.367)	677.880	849.070	23,77%	5,10%
Total	720.246	(42.367)	677.880	849.070		

13.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Encargos de serviço do sistema	-	-	6	2.088
Suprimento de energia elétrica	166.659	199.400	165.232	195.328
Materiais e serviços	3.109	3.629	44.427	16.984
Outros	-	-	31.775	24.833
Total	169.768	203.029	241.440	239.232
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	131.127	131.127	131.127	131.127
Materiais e serviços	1.036	1.036	1.036	1.036
Total	132.163	132.163	132.163	132.163

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
TJLP	30.314	-	(6.732)	2.050	-	(1.901)	23.731
Gastos com captação	(2.791)	(2.999)	-	5.790	-	-	-
Subtotal	27.523	(2.999)	(6.732)	7.840	-	(1.901)	23.731
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	1.103.814	1.180.000	(2.140.000)	93.609	-	(112.013)	125.410
Marcação a mercado	(7.887)	-	-	341	-	-	(7.546)
Subtotal	1.095.927	1.180.000	(2.140.000)	93.950	-	(112.013)	117.864
Total moeda nacional	1.123.450	1.177.001	(2.146.732)	101.790	-	(113.914)	141.595
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao custo							
Dólar	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Subtotal	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	239.071	172.000	-	7.999	(9.228)	(6.564)	403.279
Marcação a mercado	(5.969)	-	-	(8.196)	-	-	(14.165)
Subtotal	233.102	172.000	-	(197)	(9.228)	(6.564)	389.114
Total moeda estrangeira	882.465	172.000	(583.635)	5.565	(35.210)	(52.072)	389.114
Total	2.005.916	1.349.001	(2.730.367)	107.355	(35.210)	(165.986)	530.709
Circulante	676.039						137.501
Não Circulante	1.329.877						393.208

Consolidado								
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócios	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
TJLP	-	31.988	-	(1.681)	583	-	(576)	30.314
Mensuradas ao valor justo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	-	-	1.085.000	-	22.809	-	(3.996)	1.103.814
Marcação a mercado	-	-	-	-	(7.887)	-	-	(7.887)
Total ao custo	-	31.988	1.085.000	(1.681)	15.505	-	(4.572)	1.126.241
Moeda estrangeira								
Mensuradas ao custo								
Dólar	-	643.096	-	(12.340)	21.051	-	(2.443)	649.364
Subtotal	-	643.096	-	(12.340)	21.051	-	(2.443)	649.364
Mensuradas ao valor justo								
Dólar	130.884	-	100.000	-	2.655	8.016	(2.484)	239.071
Marcação a mercado	(1.560)	-	-	-	(4.409)	-	-	(5.969)
Subtotal	129.324	-	100.000	-	(1.754)	8.016	(2.484)	233.102
Total moeda estrangeira	129.324	643.096	100.000	(12.340)	19.297	8.016	(4.927)	882.466
Gastos com captação	-	-	(3.045)	-	254	-	-	(2.791)
Total	129.324	675.084	1.181.955	(14.021)	35.056	8.016	(9.499)	2.005.916
Circulante	(966)							676.039
Não Circulante	(128.357)							1.329.877

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados, obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 14.165 (ganho de R\$ 5.969 em 31 de dezembro de 2021), que deduzido as perdas não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 21.865 (R\$ 10.770 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 29).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo - moeda nacional					
Pré Fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	242	-	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
Pós Fixado					
TJLP	TJLP + 3,05%	23.489	30.314	2016 a 2029	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B
Gastos com captação (*)		-	(2.791)		
Subtotal		23.731	27.523		
Mensuradas ao valor justo - moeda nacional					
Pré Fixado					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 7,378%	125.410	1.103.814	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(7.546)	(7.887)		
Subtotal		117.864	1.095.927		
Total moeda nacional		141.595	1.123.449		
Mensuradas ao custo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	US\$ + de 4,59%	-	258.530	2036	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	US\$ + de 2,93%	-	390.833	2037	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Subtotal		-	649.363		
Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,74% a 2,62%	403.279	239.071	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(14.165)	(5.969)		
Subtotal		389.114	233.102		
Total moeda estrangeira		389.114	882.465		
Total		530.709	2.005.915		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2024	399.125
2025	3.861
2026	3.861
2027	3.861
2028 a 2032	4.108
Subtotal	414.816
Marcação a mercado	(21.609)
Total	393.208

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Modalidade	Montante R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação dos recursos	Encargos Financeiro anual	Taxa efetiva anual
	Total aprovado	Liberado em 2020					
Moeda Estrangeira:							
Lei 4.131							
CPFL Brasil	172.000	172.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,8359% até mar/23 após 2,9234%	USD + 2,8359% até mar/23 após 2,9234%
Moeda nacional:							
Nota Promissória/Comercial							
CPFL Cone Sul	1.180.000	1.180.000	Semestral	Parcela única em abril de 2023	Investimento	CDI + de 1,05% a 1,35%	CDI + de 1,05% a 1,35%
	1.352.000	1.352.000					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exige o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos são os seguintes:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25
- Patrimônio líquido dividido pelo patrimônio líquido mais dívida líquida maior ou igual a 0,28.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Captação	atualização monetária e MTM	Encargos pagos	
Mensurado ao custo - pós fixado					
CDI	226.647	960.000	107.889	(21.608)	1.272.928
Gastos com emissão (*)	(146)	(2.199)	253	-	(2.092)
Total ao custo	226.501	957.801	108.142	(21.608)	1.270.836
Total	226.501	957.801	108.142	(21.608)	1.270.836
Circulante	6.647				202.927
Não Circulante	219.854				1.067.908

(*) Conforme IFRS 9/ CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	221.986	10.371	(5.710)	226.647
Gastos com emissão	(216)	70	-	(146)
Total	221.770	10.441	(5.710)	226.501
Circulante	1.986			6.647
Não Circulante	219.784			219.854

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	108,25% CDI	1.272.928	226.647	2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com emissão		(2.092)	(146)		
		1.270.836	226.501		

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	109.924
2028	258.743
2029 a 2033	699.241
Total	1.067.908

Adições no exercício

Modalidade	Quantidade emitida	Montante R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
		Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão			
CDI	960.000	960.000	957.801	Semestral	1a. Série em Mai-27, 2a. Série em 2 parcelas - Mai-28 e Mai-29	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%
		960.000	957.801			

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo

variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos são os seguintes:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

17.1 Características

(ii) **“Plano CEEEPREV”**: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, esta ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão de Liminar e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ n. 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela

de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o risk sharing como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “**Plano Único**”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

- (ii) “**Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP**”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	469.069	3.335	787.163	1.259.567
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	194.848	3.335	292.048	490.231
	31/12/2021			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.505.501	3.857	2.314.147	3.823.505
Valor justo dos ativos do plano	(951.605)	-	(1.403.183)	(2.354.788)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	553.896	3.857	910.964	1.468.717
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(257.756)	-	(412.896)	(670.652)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	296.140	3.857	498.068	798.065

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	-	-	-	-
Combinação de negócios	1.271.262	4.136	1.922.942	3.198.340
Custo do serviço corrente bruto	(111)	-	1.692	1.581
Juros sobre obrigação atuarial	11.151	64	41.120	52.335
Contribuições de participantes vertidas no exercício	4.309	-	307	4.616
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	2.044	199	13.670	15.913
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	39.640	(449)	15.834	55.025
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(36.826)	-	(45.428)	(82.254)
Benefícios pagos no ano	(43.724)	(93)	(48.888)	(92.705)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	1.247.745	3.857	1.901.249	3.152.851
Combinação de negócios	-	-	-	-
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	119.399	194.111
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	197.023	(597)	393.767	590.193
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	(193.998)	(339.702)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	1.084.136	3.335	1.757.867	2.845.338

17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	498.066	798.063
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	44.598	57.684
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.662)
Efeito risk sharing	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.048	490.233
Outras contribuições	-	-	(11.855)	(11.855)
Total passivo	194.848	3.335	280.193	478.378
Circulante				70.355
Não Circulante				408.023

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	-	-	-	-
Combinação de negócios	275.566	4.136	437.629	717.331
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	3.480	64	18.257	21.801
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(6.946)	(93)	(18.278)	(25.317)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	2.044	199	13.670	15.913
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	39.640	(449)	15.834	55.025
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	19.183	-	76.382	95.565
Efeito risk sharing	(36.826)	-	(45.428)	(82.254)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.141	3.857	498.066	798.064
Outras contribuições	3.165	-	7.133	10.298
Total passivo	299.305	3.857	505.199	808.361
Circulante				102.178
Não Circulante				706.184

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2023 estão apresentadas a seguir:

	2023
CPFL Transmissão - Plano Único	13.607
CPFL Transmissão - CTP	360
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	47.235
Total	61.202

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	135.689	137.958	140.069	141.956	873.792	1.429.464
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	201.616	200.576	206.315	211.772	1.379.494	2.199.773
Total	337.305	338.534	346.384	353.728	2.253.286	3.629.237

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,7 anos no plano único e 8,8 anos no plano CEEEPREV BD da CPFL Transmissão.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021 são como segue:

	2023 estimadas			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	328	111.805	179.175
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	23.948	328	29.344	53.620

	2022 estimadas			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Total da despesa (receita)	12.703	383	44.598	57.684

	2021 realizadas			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(111)	-	1.692	1.581
Juros sobre obrigações atuariais	11.151	64	41.120	52.335
Rendimento esperado dos ativos do plano	(7.560)	-	(24.555)	(32.115)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	-
Total da despesa (receita)	3.480	64	18.257	21.801

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Transmissão (Plano Único e CEEEPREV BD)	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	5,09% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb v.2021 MF (-10) (****)	BR-EMSsb-2015 MF (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 por sexo.

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	0%	70%	0%	64%
Títulos públicos federais	0%	59%	0%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	4%	0%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	3%	0%	3%
Fundos de investimento multimercado	0%	3%	0%	1%
Renda variável	0%	21%	0%	23%
Fundos de investimento em ações	0%	21%	0%	23%
Investimentos estruturados	0%	6%	0%	7%
Fundos de investimento multimercado	0%	6%	0%	7%
Cotados em mercado ativo	0%	96%	0%	95%
Imóveis	0%	2%	0%	1%
Operações com participantes	0%	2%	0%	4%
Outros ativos	0%	-1%	0%	-1%
Depósitos judiciais e outros	0%	-1%	0%	-1%
Não cotados em mercado ativo	0%	3%	0%	5%
	0%	100%	0%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta 2023	
	CPFL Transmissão	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	66%	67%
Renda variável	16%	17%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	4%
Investimentos estruturados	14%	12%
Investimentos no exterior	0%	0%
	100%	100%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2022 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/ IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	CPFL Transmissão***		
	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	26.443 (25.514)	49.935 (48.001)	76.378 (73.515)
Tábua de biométrica de mortalidade**	(35.089) 34.642	(43.290) 42.675	(78.379) 77.317

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

As fundações utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	27.849	25.717
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.220	8.678
Imposto de renda e contribuição social a recolher	33.070	34.395
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	19.101	6.284
Programa de integração social - PIS	3.363	1.669
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	15.534	6.895
Outros	24.113	7.559
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	62.111	22.407
Total Circulante	95.180	56.802
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	646	646
Outros	4.921	5.218
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	5.567	5.864
Total Não circulante	5.567	5.864

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	165	11	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	36.480	-	3.961	3.837
EPE / FNDCT / PROCEL	880	36.990	-	-
Adiantamentos	5.740	7.177	298	283
Provisão para gastos ambientais	11.399	10.362	47.493	109.503
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	53.087	-
Provisão para Realização de AFAC	-	-	26.297	-
Arrendamentos a Pagar	-	-	5.200	-
Folha de pagamento	10.438	39.066	-	-
Participação nos lucros	6.376	4.905	3.214	1.866
Contas a pagar Intercompany	-	15.803	-	-
Aquisição de negócios	-	-	-	96.000
Obrigações com Obras da Transmissão	6.134	-	-	-
Contas a Pagar Judicial	5.629	-	-	-
Outros Credores	12.623	-	8.227	-
Outros Benefícios pós emprego	-	-	3.266	-
Arrendamento Mercantil	-	-	1.169	-
Outros	9.555	26.637	69.380	4.003
Total	105.418	140.951	221.594	215.492

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	262.275	110.693	217.753	68.900
Cíveis	46.023	-	46.898	-
Fiscais	32.866	38.012	33.096	33.755
Outros	26.635	1.995	26.635	-
Total	367.798	150.699	324.382	102.654

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	
Trabalhistas	217.753	159.586	(121.508)	(13.861)	20.346	132	262.448
Cíveis	46.898	22.299	(22.167)	(175)	(822)	-	46.033
Fiscais	33.096	935	(1.226)	(12)	2.331	(1)	35.122
Outros	26.635	-	(314)	-	-	(2.127)	24.194
Total	324.382	182.820	(145.215)	(14.048)	21.855	(1.996)	367.798

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis - Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	
Trabalhistas	94.216	1.545	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	221.938	35.272	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	189.701	160.643	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 16)
Fiscais - outros	23.358	23.463	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	9.566	43.958	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	538.779	264.881	

Trabalhistas:

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, complementação de proventos de aposentadoria, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Cíveis:

As controladas está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

Fiscais:

As ações referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais, princiante, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão.

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 44.363.944 ações ordinárias, sem valor nominal.

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2022 (2,13 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

21.2 Reserva de capital

O saldo de R\$ 249.037 compreende o saldo aumento por aquisição de participação adicional, pela controladora CPFL Cone Sul, na CPFL Transmissão em 2022 (R\$ 249.037).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

21.3 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 1.247.918 compreende o saldo das reservas: i) adiantamento para futuro aumento de capital R\$ 1.029.620; ii) reserva de reforço de capital de giro R\$ 198.392; iii) reserva legal de R\$ 14.526 e iv) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380. Considerando avaliações da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 185.004 à reserva de reforço de capital de giro de R\$ 172.872 e reserva legal R\$ 12.131. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração da Companhia.

21.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

(i) Efeitos da mais valia atribuído a perdas atuariais, no montante devedor de R\$ 611.296;

(ii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48, no montante credor de R\$ 369.729.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	242.628
Dividendos mínimo obrigatório	(57.624)
Base para destinação	185.004
Constituição de reserva legal	(12.131)
Constituição de reserva de capital de giro	(172.872)

21.6 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	242.628	35.888
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	44.363.944	13.341.035
Lucro por ação - básico	5,47	2,69

(22) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	4.031	5.933	1.026.346	1.336.365	4.144	6.036	1.062.453	1.362.865
Comercial	1.873	2.341	488.662	532.189	1.887	2.355	492.240	535.581
Rural	23	13	5.505	3.043	26	13	6.406	3.043
Poderes públicos	-	80	-	16.163	-	80	-	16.163
Serviço público	3	204	711	37.360	3	204	711	37.360
Fornecimento de energia elétrica	5.929	8.571	1.521.224	1.925.120	6.060	8.688	1.561.810	1.955.011
Fumas Centrais Elétricas S.A.	-	-	602	2.390	-	-	602	2.390
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	6.119	4.270	1.193.643	859.539	5.913	3.823	1.164.595	809.618
Energia de curto prazo - CCEE	260	342	15.498	76.888	271	347	16.103	77.915
Suprimento de energia elétrica	6.379	4.613	1.209.743	938.817	6.184	4.170	1.181.300	889.923
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	-	-	292.416	32.007
Receita com Transmissão	-	-	-	-	-	-	1.339.783	-
Outras receitas e rendas	-	-	2.201	493	-	-	36.722	319.873
Outras receitas operacionais	-	-	2.201	493	-	-	1.668.922	351.880
Total da receita operacional bruta	-	-	2.733.168	2.864.429	-	-	4.412.031	3.196.815
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	(176.622)	(91.449)	-	-	(181.014)	(92.277)
PIS	-	-	(41.842)	(36.892)	-	-	(61.924)	(41.113)
COFINS	-	-	(192.728)	(169.927)	-	-	(285.228)	(189.366)
ISS	-	-	-	-	-	-	(1.013)	-
Reserva global de reversão - RGR	-	-	-	-	-	-	(1.407)	(633)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	-	-	(97.626)	(24.940)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	-	-	-	-	(9.438)	(2.144)
PROINFA	-	-	-	-	-	-	(28.528)	(7.770)
Outros	-	-	-	-	-	-	(3.583)	(848)
	-	-	(411.193)	(298.268)	-	-	(669.762)	(359.091)
Receita operacional líquida	-	-	2.321.975	2.566.161	-	-	3.742.269	2.837.724

(23) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda								
Energia de Itaipu Binacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	129	95	7.337	31.921	133	98	7.588	32.941
PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	12.254	13.100	2.600.932	2.830.108	9.753	10.318	2.600.934	2.802.574
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(241.548)	(264.738)	-	-	(241.714)	(262.643)
Subtotal	12.383	13.195	2.366.721	2.597.291	9.885	10.417	2.366.808	2.572.872
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica	-	-	-	-	-	-	-	124
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	-	1	-	-	1.346	6.187
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	-	-	-	-	1.605	(462)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	-	(273)	(654)
Subtotal	-	-	-	1	-	-	2.678	5.196
Total	-	-	2.366.721	2.597.292	-	-	2.369.486	2.578.068

(24) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo de operação		Vendas		Despesas operacionais				Total	
					Gerais e administrativas		Outros			
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Pessoal	13.983	12.263	-	-	15.766	17.689	-	-	29.749	29.952
Material	108	45	42	5	106	126	-	-	256	176
Serviços de terceiros	1.988	752	37	5	11.144	8.917	-	-	13.169	9.674
Outros	60	(43)	5	1	2.803	2.796	965	1.275	3.833	4.029
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	679	549	-	-	679	549
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	2.420	1.450	-	-	2.420	1.450
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	349	195	-	-	349	195
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	(939)	233	-	-	(939)	233
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(32)	34	(32)	34
Outros	60	(43)	5	1	294	369	997	1.241	1.356	1.568
Total	16.139	13.017	84	11	29.819	29.528	965	1.275	47.007	43.831

	Consolidado											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
							Gerais e administrativas		Outros			
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Pessoal	218.134	79.112	-	-	-	15.892	17.948	-	-	234.026	97.060	
Entidade de presidência privada	58.469	-	-	-	-	692	562	-	-	58.469	-	
Material	4.844	1.536	-	-	42	5	136	153	-	-	5.022	
Serviços de terceiros	72.870	19.478	-	-	37	5	16.041	39.523	-	-	88.948	
Custos com construção da infraestrutura	-	-	264.406	59.004	-	-	-	-	-	-	264.406	
Outros	(29.963)	17.365	-	-	5	558	71.027	5.704	(40.552)	5.430	517	
Arrendamentos e aluguéis	-	1.345	-	-	-	-	692	562	-	-	6.182	
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.771	1.450	-	-	2.771	
Legais, judiciais e indenizações	-	15.467	-	-	-	-	64.922	195	-	-	64.922	
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	(939)	233	-	-	(939)	
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	3.619	722	-	3.619	
Outros	(35.453)	553	-	-	5	558	3.581	3.264	(44.171)	4.708	(76.038)	
Total	324.354	117.491	264.406	59.004	84	568	103.096	63.329	(40.552)	5.430	651.388	

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	25.352	12.165	68.694	22.137
Acréscimos e multas moratórias	739	1.167	1.080	1.262
Atualização de créditos fiscais	8.543	41.046	8.543	41.048
Atualização de depósitos judiciais	94	24	13.505	607
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	124.415	14.440
Juros sobre contratos de mútuo	3.208	713	347	375
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.728)	(2.595)	(3.937)	(2.612)
PIS e COFINS sobre JCP	-	-	(8.788)	-
Liquidação financeira CCEE	1.511	39.733	1.514	40.029
Outros	34	1.808	34	1.817
Total	35.753	94.061	205.407	119.104
Despesas				
Encargos de dívidas	(103.018)	(37.453)	(152.442)	(42.278)
Atualizações monetárias e cambiais	(44.666)	(1.383)	(239.415)	(25.457)
Outros	(55.900)	(24.382)	(23.860)	(29.288)
Total	(203.584)	(63.217)	(415.719)	(97.023)
Resultado financeiro	(167.832)	30.844	(210.312)	22.081

(26) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de comercialização e transmissão de energia elétrica.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

2022	Transmissão	Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.413.484	2.355.145	(26.360)	3.742.269
Custo com energia elétrica	-	(2.395.846)	26.360	(2.369.486)
Custos e despesas operacionais	(6.810)	(389.933)	-	(396.743)
Custo com serviço prestado a terceiros	(264.406)	-	-	(264.406)
Depreciação e amortização	(70.121)	(5.776)	-	(75.897)
Resultado do serviço	(343.096)	978.834	-	635.738
Resultado de participações societárias	1.799	929.107	(815.192)	115.713
Receita financeira	177.011	31.257	(2.861)	205.407
Despesa financeira	(173.307)	(245.273)	2.861	(415.719)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(337.594)	1.693.925	(815.192)	541.139
Imposto de renda e contribuição social	(256.693)	6.638	-	(250.055)
Lucro (prejuízo) líquido	484.669	621.608	(815.192)	291.084

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido no CPC 05 (R1), foi de R\$ 4.247 (R\$ 3.272 em 2021). Este valor é composto por R\$ 3.471 (R\$ 2.665 em de 2021) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 47 (R\$ 41 em 2021) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 728 (R\$ 566 em 2021), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Compra e venda de energia e encargos								
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	-	-	-	-	-	302	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	1.081	-	-	-	12.724	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	2.960	1.559	343	318	34.327	16.948	2.015	1.805
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	983	-	-	1.718	11.576
Contratos de Mútuos								
SPE Corrente Grande S.A.	9.447	9.447	-	-	346	375	-	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	-	224
CEEEPREV	-	-	6.191	505.200	-	-	6.973	-

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Planalto Ltda.	274	171	-	46	-	-	(2.884)	(2.191)
Companhia Paulista de Força e Luz	1	29	89	4	-	-	319	124
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	2	75	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	-	-	-	7	-	47	-
CPFL Renováveis	-	27	253	2	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	14	-	10.332	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	24	-	-	-	-	-	(284)	(226)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	11	734	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1	-	-	-	310	252
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	1.029.620	-	-	-	-	-
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S.A.	-	-	447.296	-	-	-	-	1.190
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	82	-	-	-	1	-	1	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	340
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	57.624	8.523	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	20.408	-	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	-	-	541	150	-	-	391	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	17.750	-	446	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	6.576	-	421	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	1.835	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	-	-	-	328.011	-	124	-
Paulista Lajeado Energia SA	-	-	-	-	93	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	31	-	-	-	81	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	10	14	-	-	3.488	129
CPFL Renováveis e Subsidiárias	-	-	-	-	809	-	2.614	118
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	2	-	-	-	-
Nect Serv. Adm. Rec. Hum. Ltda.	-	-	31	-	-	-	1.652	-
Nect Serv. Adm. Financ. Ltda.	-	-	184	-	-	-	5.002	-
Nect Serv. Adm. Supr. e Logist. Ltda.	-	-	28	-	-	-	220	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Sul Centr.Elétr.Ltda	-	-	(4.617)	(4.617)	-	-	-	-
CPFL BIOENERGIA S/A	-	2.415	2.006	1.953	-	-	37.882	34.623
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.024	611	-	-	5.204	6.082	-	-
CPFL Bio Ipê Ltda.	-	-	1.434	1.596	-	-	28.674	24.345
CPFL Bio Burity Ltda.	-	-	4.223	3.586	-	-	73.636	62.518
Campo dos Ventos I	-	-	2.238	2.190	-	-	26.804	24.353
Campo dos Ventos III	-	-	2.204	2.172	-	-	26.410	23.995
Campo dos Ventos V	-	-	1.924	1.950	-	-	23.059	20.951
Chimay Ltda	-	-	5.463	5.011	-	-	58.162	52.845
Mohini Ltda	-	-	(18.976)	(19.413)	-	-	56.326	51.176
Jayaditya Ltda	-	-	(13.842)	(14.100)	-	-	33.223	30.186
SPE Bio Alvorada S.A.	-	-	-	-	-	-	38.339	32.071
SPE Bio Coopcana S.A.	-	-	-	-	-	-	38.360	34.854
Ventos de Santo Dimas SA.	-	-	2.841	2.869	-	-	33.899	30.800
São Benedito Energias S.A	-	-	2.764	2.640	-	-	33.111	30.083
Santa Mônica Energias S.A	-	-	2.579	2.580	-	-	30.746	27.935
Santa Úrsula Energias S.A	-	-	2.772	2.996	-	-	32.717	29.725
Ventos de São Martinho SA	-	-	1.421	1.308	-	-	16.752	15.221
São Domingos Energias S.A	-	-	2.241	2.153	-	-	26.410	23.995
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	667	-	-	-	16.653	15.131
CPFL Renováveis	-	-	-	-	13.473	4.410	3.528	-
SPE Solar 1 Energia S.A	-	8	49	98	-	-	488	444
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	1.075	542	-	-	11.065	6.383
Adiantamentos de clientes								
Jayaditya Empr. Part. Ltda	-	2.564	-	-	-	-	-	-

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	700.000
Transporte nacional	18.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	44.044
Seguro Garantia	110.776
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
	1.022.820

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	241.698	241.698	566.198	566.198
Mútuo com coligada e controlada				21.745	21.745	82	82
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	-	-	46.744	46.744
Derivativos	29	(a)	Nível 2	18.473	18.473	18.473	18.473
				281.916	281.916	631.497	631.497
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	117.863	-	141.595	-
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	Nível 2	389.114	389.114	389.114	389.114
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	233.600	233.951	1.270.836	233.951
Derivativos	29	(a)	Nível 2	29.764	29.764	29.764	29.764
Mútuo com coligada e controlada		(a)	Nível 3	447.296	447.296	447.296	447.296
				1.217.637	1.100.125	2.278.605	1.100.125

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 7.855 em 2022 (um ganho de R\$ 12.296 em 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o exercício de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	18.473	(22.102)	(3.629)	10.839	(14.469)	US\$ + 1,74% a 2,8359%	CDI + 0,61% a 1,02%	fev/23 a dez/24	379.000
Hedge variação índice de preços									
Empréstimos bancários - Lei 4.131		(7.662)	(7.662)	(266)	(7.396)	7,38%	CDI + 0,88%	jun/24	125.000
Total	18.473	(29.764)	(11.291)	10.574	(21.865)				

Circulante

18.473

-

Não Circulante

-

29.764

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	28.427	(45.580)	27.728	10.575
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(4.994)	4.994	-
Marcação a mercado (*)	(10.770)	(11.095)	-	(21.865)
	17.657	(61.670)	32.722	(11.291)

(*) Os efeitos no resultado de 2022 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 11.095 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2022	2021
Variação de taxas de juros	(5.168)	970
Variação cambial	(45.408)	5.136
Marcação a mercado	(11.095)	(11.685)
	(61.670)	(5.580)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1. Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(389.114)		(31.247)	73.843	178.933
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	393.259		31.580	(74.630)	(180.839)
	4.145	baixa dolar	333	(787)	(1.906)
Total	4.145		333	(787)	(1.906)
Efeitos no resultado do período			333	(787)	(1.906)

(a) A taxa de cambio considerada em 31/12/2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03%, referente ao dólar em 31/12/2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

d.2. Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			Receita (despesa) - R\$ mil				
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	608.318				84.739	105.923	127.108
Instrumentos financeiros passivos	(1.720.223)				(239.627)	(299.534)	(359.441)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(524.133)				(73.012)	(91.265)	(109.518)
	(1.636.038)	alta CDI	13,65%	13,93%	(227.900)	(284.876)	(341.851)
Instrumentos financeiros passivos	(23.489)				(1.731)	(1.298)	(866)
	(23.489)	alta TJLP/TLP	6,78%	7,37%	(1.731)	(1.298)	(866)
Total	(1.659.527)				(229.631)	(286.174)	(342.717)
Efeitos no resultado do período					(229.631)	(286.174)	(342.717)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Consolidado				
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	Total
Fornecedores	14	169.665	103	-	132.163	301.931
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	-	39.733	175.327	403.133	618.193
Derivativos	29	-	-	-	29.764	29.764
Debêntures - principal e encargos	16	16.257	-	116.472	110.000	242.729
Outros	19	211	(47)	-	-	164
Consumidores e concessionárias		211	(47)	-	-	164
Total		186.133	39.788	291.799	675.061	1.192.781

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Transações oriundas de combinações de negócios		
Ativo contratual	17.565	4.102.531
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	(624.793)
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	(128.822)	849.070
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	(10.833)	(243.368)
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	132.233	(521.538)
	10.143	3.561.902
Contraprestação paga com o caixa adquirido	-	478.405

(31) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia	até 17 anos	1.073.560	2.152.452	2.184.266	6.018.822	11.429.100
Projetos de construção de usina		161.645	80.345	-	-	241.990
Fornecedores de materiais e serviços		168.548	57.810	1.133	-	227.491
Total		1.403.753	2.290.607	2.185.399	6.018.822	11.898.581

(32) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, comercialização e transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das **Transações envolvendo** envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração:

- deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limitantes de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;

- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da controladora CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas da Companhia estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da controladora CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 25.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas ao preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das

transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(33) EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Novas captações

A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foram adicionadas às dívidas as captações abaixo:

Modalidade	Mês da Liberação	Valor Liberado	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso	Condições restritivas
Moeda Nacional							
Debêntures							
CPFL Transmissão	jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em Dezembro 2026	CDI + 1,20%	Plano de Investimento e reforço capital de giro	(a)
Moeda Estrangeira							
Empréstimo Lei - 4.131							
CPFL Brasil	fev/23	129.408	Palho único em Junho/2023	Parcela única em Junho 2023	CDI + 0,58%	Capital de Giro	(a)

(a) Índice exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro menor ou igual a 2,25.

33.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Comercialização Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Comercialização Brasil S.A. e da CPFL Comercialização Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



CPFL Comercialização Brasil S.A.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



CPFL Comercialização Brasil S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 15 March 2023 | 21:16 BRT
ICP
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5